

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA

Aos vinte e cinco dias de outubro do ano de dois mil e dezoito, às 08h 30 min no Auditório Deputado Licínio Monteiro da Assembleia Legislativa ocorreu a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião; 2) Discussão e aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 09 de agosto de 2018; 3) Posse dos membros indicados para comporem o biênio 2018/2020 do CEPESCA das instituições: SEMA, CONSEMA e MPE; 4) Manifestação do CEPESCA em relação ao Projeto de Lei nº 267/2018 que dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso de autoria do deputado José Domingos Fraga; 5) Resolução nº 009 de 11 de junho de 2018 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço-P5 que cria câmara técnica para estudo de caso do Período da Piracema; 6) Apresentação de demandas para a pesca, realizada pelos proprietários de pousadas do Pantanal; 7) Continuação da discussão e proposição de regulamentação dos artigos definidos na Minuta da Lei da Pesca, aprovada no CEPESCA; 8) Informes; 9) Assuntos Gerais e Encerramento. A reunião foi presidida pela Secretária Executiva do CEPESCA, Srª. Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Luiz Augusto Moreira Amaral, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Amazônica (ARPAN); Sr. Cesar Esteves Soares, representante do IBAMA/MT; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Sr. Belmiro Lopes de Miranda, representante do CONSEMA/Federação dos Pescadores; Srª. Hellen Cristina Gomes Moya Araújo, representante do Escritório Federal de Aquicultura e Pesca de Mato Grosso; Srs. Cleres Tubino Silva e Cairo Bernardino da Costa, representantes do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Paraguai (ASATEC e Oasis Pantanal, respectivamente); Sr. Claumir Cesar Muniz, representante da Unemat; Sr. Moacyr Bento Ribeiro de Carvalho, representante da colônia de Pescadores da Bacia do Paraguai Colônia Z-11; Srª Lúcia Aparecida de Fátima Mateus, representante da UFMT; Sr. Rafael Vieira Nunes, representante do MPE; Srª Luciana Ferraz, representante do FONASC-CBH; Srª Jeandra dos Santos Barbosa, representante da Bacia Araguaia Colônia Z-09. Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião, arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Sr. Domingos Antônio de Oliveira (presidente da colônia de pescador de Barão de Melgaço Z-05); Sr. Tarso Ricardo Lopes (proprietário de pousada); Srª. Josevane Reis da Fonseca (Núcleo Ambiental da AL). A reunião foi aberta pela Srª. Gabriela Priante e inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. A reunião se inicia sendo colocada em discussão a ata da 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 09 de agosto de 2018, sendo a mesma aprovada por unanimidade. A próxima pauta refere-se à Posse dos membros indicados para comporem o biênio 2018/2020 do CEPESCA das instituições, sendo empossados os seguintes representantes dos órgãos e entidades: I- SEMA: André Luis Torres Baby (titular) e Júlio Reiners (suplente); II- CONSEMA: Federação de Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso (FEPESC-MT): Belmiro Lopes de Miranda (titular) e Secretaria de Estado e Agricultura Familiar – SEAF Corgésio

garp

37 Ribeiro Albuquerque (suplente); III- MPE: Joelson Campos Maciel (titular) e Rafael Vieira Nunes
38 (suplente). A próxima pauta refere-se à Manifestação do CEPESCA em relação ao Projeto de Lei nº
39 267/2018 que dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso de autoria do deputado José
40 Domingos Fraga. O Conselho Pleno delibera que, como já tem uma minuta de lei discutida e consensuada
41 no âmbito do CEPESCA, esta minuta é que deve ser acatada e encaminhada pelos parlamentares para
42 discussão. O Sr. Claumir informa sobre o trabalho de monitoramento do comportamento reprodutivo dos
43 peixes que vem sendo realizado pela UNEMAT e que não está recebendo o apoio efetivo da Secretaria de
44 Meio Ambiente, a qual tem competência legal de realizar esse trabalho. A área de estudo percorrida pelo
45 seu grupo de pesquisa abrangeu 210 km da Bacia do Paraguai e ele solicita o apoio de 200 litros de
46 combustível por mês para que este trabalho possa continuar. Ele relata que tem tido algumas dificuldades
47 e solicita apoio do CEPESCA para intervir na aquisição do combustível para realizar o trabalho. O Sr.
48 Domingos pontua sobre a necessidade de serem consideradas as diferenças da reprodução dos peixes de
49 escama e dos peixes lisos quando for o momento da definição do período de defeso da piracema. A Sra.
50 Gabriela esclarece que este cuidado tem sido tomado pelo grupo de trabalho técnico que coordena todos
51 os dados coletados nas três bacias do Estado de Mato Grosso e esclarece as ações que subsidiaram o
52 CEPESCA na mudança do período da Piracema em MT. O Sr. Moacyr complementa que a decisão
53 tomada pelo CEPESCA na mudança do período da piracema coincide com o que ele tem observado em
54 campo e que em 29 de setembro, numa coleta de 40 peixes, 35 deles já estavam em processo de maturação
55 de suas gônadas. Ele reforça que se entristece em observar que enquanto os pescadores de MT respeitam o
56 período de outubro como sendo período da piracema, pescadores de MS continuam realizando a pesca nos
57 rios de divisa. Foi explicado que isto se deve às competências legais do MT. O Sr. Moacyr pontua também
58 ainda que o sistema de pagamento do seguro de defeso processado pelo INSS tem dado problemas de
59 atrasos todos os anos e isto preocupa muito a classe de pescador profissional. O Sr. Tarso apresenta sua
60 preocupação de que tem percebido a diminuição de peixe no ambiente natural e solicita intervenções
61 imediatas do Conselho para tentar reverter este problema. O Sr. Claumir descreve as características
62 naturais importantes que contribuem no processo de reprodução dos peixes: temperatura da água, cor da
63 água, turbidez, início do período das chuvas e que a ocupação humana no ambiente interfere diretamente
64 sobre esses aspectos e por isso temos percebido a alteração do comportamento reprodutivo dos peixes de
65 MT. O Sr. Cesar pontua que é impossível estabelecer períodos diferenciados de piracema para os peixes
66 escama e sem escama e reforça a necessidade da população em ser consciente e ter respeito às normas
67 vigentes da pesca. No seu entendimento o CEPESCA deve se preocupar em propor e normatizar a gestão
68 compartilhada dos estoques pesqueiros de forma a dirimir os conflitos existentes na atividade da pesca. A
69 Sr^a Julita defende o período de defeso adotado pelo CEPESCA e pontua que em relação aos trâmites com
70 o INSS, a região da Bacia Amazônica tem uma gerência diferenciada. O Sr. Cleres contextualiza todo o
71 histórico envolvido em relação ao período de defeso da piracema em MT e propõe como encaminhamento
72 que o MPE realize intervenção em MS para que eles revejam o período da Piracema e que possam adotar
73 o mesmo trabalho realizado por MT. O Sr. Rafael informa que existe um grupo de trabalho envolvendo os

74 dois estados e que irá levar essa proposta para os devidos encaminhamentos junto ao MPF. Ele propõe
75 também que este trabalho desenvolvido pelo CEPESCA seja apresentado à equipe de transição do
76 governo na intenção de buscar aliados a esta causa. A Sr^a Gabriela pontua que todas as atribuições
77 pertinentes ao CEPESCA em relação ao encaminhamento da minuta da lei da pesca foram realizadas, os
78 quais sempre foram esclarecidos para todos os conselheiros. A Sr^a Josevane esclarece sobre os trâmites
79 legislativos para um projeto de lei e que enquanto a minuta de lei do CEPESCA não for protocolada na
80 AL, não haverá os encaminhamentos para a sua aprovação. O Sr. Cesar propõe que a minuta de lei do
81 CEPESCA seja abraçada por algum parlamentar e que seja encaminhado como autoria das lideranças
82 partidárias considerando a inércia do Poder Executivo. A Sr^a Josevane complementa que todos os
83 parlamentares que sinalizaram alguma preocupação com a atividade da pesca foram informados do
84 trabalho desenvolvido pelo CEPESCA. O Sr. Cairo propõe uma ação urgente do CEPESCA junto aos
85 parlamentares, sendo apresentada então uma proposta de constituir uma comissão do CEPESCA para que
86 possa ser realizada a devida articulação na AL/MT de forma a encaminhar a minuta de lei da pesca,
87 consensuada e discutida pelo CEPESCA. Esta proposta foi aprovada por unanimidade e esta comissão foi
88 constituída pelos seguintes representantes: MPE, Seguimento de Turismo de Pesca da Bacia do Paraguai,
89 Federação dos Pescadores, UFMT, Secretaria Executiva do CEPESCA, Colônia de Pescador Z-05,
90 Marinha do Brasil. A próxima pauta versou sobre a Resolução n° 009 de 11 de junho de 2018 do Comitê
91 de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço-P5 que cria câmara técnica para estudo de caso do Período da
92 Piracema. Foi esclarecido pela Secretária Executiva que em contato com os representantes do referido
93 Comitê, o CEPESCA havia proposto anteriormente uma parceria por meio do ofício n° 012/CEPESCA de
94 13 de março de 2018 e que ao tomar conhecimento da publicação dessa resolução, a secretaria executiva
95 solicitou formalmente a Superintendência de Recursos Hídricos da SEMA a revogação desta resolução,
96 por entendermos que a mesma se relaciona com o rol de competências no ambiente do CEPESCA,
97 conforme a CI n° 11/CEPESCA, de 01 de outubro de 2018. A próxima pauta foi apresentação de
98 demandas para a pesca, realizada pelos proprietários de pousadas do Pantanal. O Sr. Tarso apresenta a
99 federação da pousadas e barcos hotéis como defensora da prática da cota zero de forma a evitar o
100 transporte de peixes nos rios de MT. Sua preocupação está embasada na estimativa de que no Pantanal
101 passa anualmente em torno de 60 mil visitantes por ano, e se 50 mil desses visitantes podem levar uma
102 cota de 5 quilos, são muitas toneladas de peixes retiradas dos rios. Ele coloca a estrutura da confederação
103 das pousadas dos barcos hotéis dos comerciantes de iscas e de todo o seguimento de turismo de pesca a
104 disposição do IBAMA, Marinha, Universidades e demais órgãos disponibilizando estrutura logística
105 mínima para a coleta de dados do monitoramento dos recursos pesqueiros na região de Barão de Melgaço
106 com barco, pilotoiro, gasolina, de forma a poder contribuir para a ampliação de pontos de coletas.
107 Informes: I) Divulgação dos resultados do 30° Mutirão de Limpeza do rio Paraguai, ocorrido em
108 14/10/18; II) Justificativa de Ausência: a) Ricardo da Costa Carvalho (OPAN), conforme e-mail enviado
109 em 15/10/18; b) Lídio Coletto (setor empresarial de turismo de pesca), conforme e-mail encaminhado à
110 secretaria executiva no dia 24 de outubro de 2018; c) Luciano Pereira da Silva (Associação Xaraiés),

gpe

111 conforme e-mail encaminhado à secretaria executiva no dia 24 de outubro de 2018. Nada mais havendo a
112 declarar a reunião encerrou às 12 h e 35 min e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA
113 que será assinada por mim, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

Gabriela Rocha Priante

115 Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila

117 Secretária Executiva do CEPESCA

118